

A HISTÓRIA DA LOUCURA NUMA PERSPECTIVA MARXISTA

BRUNO P. CARVALHO¹; HELEN DA C. T. PIZA²

¹UFMS; Doutor em Psicologia Social pela PUC-SP; CV: <http://lattes.cnpq.br/9282123574879515>

²Estudante do Grupo de Pesquisas Marxismo e Psicologia; CV: <http://lattes.cnpq.br/9001556995152894>

Artigo submetido em Junho/2016 e aceito em Julho/2016

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo reinterpretar a “História da loucura”, de Michel Foucault – obra que versa sobre a gênese da loucura como doença mental, das instituições psiquiátricas e da psiquiatria – a partir da teoria social de Marx. Motiva a realização desta pesquisa a ausência de trabalhos desde a perspectiva do marxismo sobre o objeto tomado por Foucault. Os resultados da pesquisa em tela estão organizados em quatro momentos: a) inicialmente, analisa-se a concepção foucaultiana de história, indispensável ao entendimento dos períodos históricos analisados por Foucault; b) posteriormente, são destacados os períodos nomeados por Foucault como “A grande internação” (século XVII) e “O

nascimento do asilo” (século XVIII); c) num terceiro momento, as considerações de Robert Castel sobre a história do alienismo à luz da problemática da “questão social” são tomadas em conta como um avanço em relação à análise foucaultiana; d) por fim, a leitura marxiana a respeito da “assim chamada acumulação primitiva” é tomada como chave interpretativa para colocar em perspectiva os fundamentos históricos e econômicos que se encontram na base das transformações apresentadas por Foucault e da própria “questão social”, expressão que surge como resposta burguesa ao pauperismo e tomada por Castel como chave explicativa do alienismo.

PALAVRAS-CHAVE: História da loucura. Materialismo histórico-dialético. Questão social.

ABSTRACT

This research aimed to re-interpret Michel Foucault’s “History of Madness” – work that approaches the genesis of madness as a mental illness, psychiatric institutions and psychiatry – since Marx’s social theory. This research is motivated by the absence of works from Marxist perspective on the object taken by Foucault. The results of this work are organized in four stages: a) initially, analyzes Foucault’s concept of history, which is essential to understand the historical periods analyzed by the author; secondly, the periods named by Foucault as “The Great Confinement” (17th century) and “The Birth of the Asylum” (18th

century) are highlighted; c) thirdly, Robert Castel’s considerations about the history of alienism from the perspective of the “social question” are taken into account as an advance in relation to Foucault’s analysis; d) finally, the Marxian reading of “The So-called Primitive Accumulation” is taken as an interpretative key to put into perspective the historical and economics basis which are in the foundation of the changes presented by Foucault and also of the “social question” itself, expression that comes up as a bourgeois answer to the poverty, and that is taken by Castel as an explanatory key to the alienism.

Keywords: History of Madness. Dialectical and Historical Materialism. Social Question.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta os resultados de pesquisa cujo objetivo foi o de reinterpretar a compreensão foucaultiana sobre a história da loucura, das instituições psiquiátricas e da psiquiatria – tal qual aparece em *História da Loucura* – a partir da teoria social de Marx. Esta pesquisa foi motivada pela ausência de trabalhos que abordam a problemática da loucura desde uma perspectiva histórica afiançada no materialismo histórico-dialético. Não se trata, aqui, de pesquisa histórica de tipo documental, que implica acesso a fontes primárias e/ou secundárias, mas, antes, de uma pesquisa de caráter histórico-filosófico que visa a submeter o material coligido por Foucault em sua *História da loucura* ao crivo analítico do método de Marx. A exposição dos resultados desta pesquisa organiza-se do seguinte modo: a) inicialmente, submete-se a exame, alguns importantes elementos que caracterizam a concepção foucaultiana da história, elementos sem os quais a leitura de sua obra seria parcializada; b) em momento ulterior, apresenta-se a narrativa foucaultiana do período em tela; c) num terceiro momento, o capítulo XXIV de *O capital* de Karl Marx (1867/2013) é utilizado como chave heurística para situar num plano socioeconômico o conjunto das transformações arroladas por Foucault (1972/ 2010) e não situadas na legalidade própria da emergente sociedade burguesa que surgia; d) por fim, põe-se em tela uma análise da chamada “questão social”, forma aparente e transmutada da dinâmica da sociedade burguesa e de seus efeitos sobre o conjunto da classe trabalhadora. É neste plano, o da “questão social”, da forma fenomênica através da qual a burguesia apresenta a pauperização e a conseqüente necessidade de controle sobre a classe operária, em que transita a *História da Loucura* de Foucault.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONCEPÇÃO FOUCAULTIANA DE HISTÓRIA

A herança filosófica deixada por Foucault figura como uma crítica à modernidade. Este elemento, em que pese as muitas transformações do pensamento do autor, estrutura a produção teórica foucaultiana.

A modernidade – analisada pelo prisma do marxismo – é o resultado do amplo espectro de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais impulsionado pela burguesia em seu movimento de constituir-se como classe. O surgimento da grande indústria, do mercado mundial e da conseqüente generalização da riqueza sob a forma de capital e mercadoria (e sua conseqüente concentração) marcam a emergência da modernidade. Do ponto de vista das relações de classe, o desenvolvimento do capitalismo gestou a concentração dos meios de produção e subsistência em posse de uma classe proprietária e, no outro polo, uma classe que possui como única propriedade a sua capacidade de trabalho. O movimento histórico pelo qual a burguesia deu luz a um mundo à sua imagem e semelhança é descrito e analisado por Marx e Engels (1848/2005) em seu *Manifesto Comunista*:

Cada etapa da evolução percorrida pela burguesia foi acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal,

associação armada e autônoma na comuna, aqui república urbana independente, ali terceiro estado tributário da monarquia; depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, base principal das grandes monarquias, a burguesia, com o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. (p. 42).

O Estado, em sua forma burguesa, é um dos elementos fundantes da modernidade. Do mesmo modo, a modernidade implica a gestação de formas de pensamento próprias a esta nova forma de dominação de classe. Se a burguesia foi responsável pela criação de um mercado mundial, também foi responsável pelo intercâmbio cultural – a este último conseqüente – que gestou um pensamento mundial, uma cultura universal. É neste sentido, que Marx e Engels, apresentam a burguesia emergente como uma burguesia revolucionária em suas origens.

As transformações no plano da cultura, do pensamento e dos valores têm suas raízes no desenvolvimento das forças produtivas materiais sob a direção da burguesia.

A burguesia revelou como a brutal manifestação de força na Idade Média, tão admirada pela reação, encontra seu complemento natural na ociosidade mais completa. Foi a primeira a provar o que a atividade humana pode realizar: criou maravilhas maiores que as pirâmides do Egito, os aquedutos romanos, as catedrais góticas; conduziu expedições que empanaram mesmo as antigas invasões e as Cruzadas. (MARX; ENGELS, 1848/2005, pp. 42-43).

Se, de um lado, a burguesia eleva a níveis impensados a produtividade do trabalho, similarmente, transforma o conjunto dos valores que regiam a vida feudal. Sobre isto, dizem Marx e Engels (1848/2005): “A burguesia rasgou o véu do sentimentalismo que envolvia as relações de família e reduziu-as a meras relações monetárias.” (p. 42).

A vocação fáustica da burguesia, entretanto, é autodestrutiva. A busca incessante pela valorização do valor conduz, necessariamente, à queda tendencial da taxa de lucro e, portanto, à crise do capital. Para retomar os padrões de acumulação anteriores à crise, a burguesia precisa destruir capital, seja em sua parte constante (meios de produção e matéria-prima, ou seja, a própria natureza incluída) ou variável (a força de trabalho). Neste sentido, é o próprio movimento autofágico da burguesia que prepara a crise e o aprofundamento da exploração sobre a classe trabalhadora: cria, assim, seu próprio coveiro, a única classe que, para Marx e Engels, pode realizar a humanidade sob um modo de produção que suprime as classes sociais.

Do exposto, deriva-se que Marx e Engels caracterizam tanto os elementos de positividade da modernidade quanto aqueles elementos de sua negatividade. Por um lado, o desenvolvimento das forças produtivas significou o fim das relações de servidão próprias ao feudalismo e a criação das condições de possibilidade de uma sociedade que produz riqueza em abundância; por outro, tal riqueza produzida é vetada para a maioria da humanidade. No

movimento contraditório do capital, a burguesia vê-se obrigada a destruir – de tempos em tempos – parte das conquistas civilizatórias que ela mesma dirigiu.

[...] a sociedade possui civilização em excesso, meios de subsistência em excesso, indústria em excesso, comércio em excesso. As forças produtivas de que dispõe não mais favorecem o desenvolvimento das relações burguesas de propriedade; pelo contrário, tornaram-se poderosas demais para estas condições, passam a ser tolhidas por elas; e assim que se libertam esses entraves, lançam na desordem a sociedade inteira e ameaçam a existência da propriedade burguesa. (MARX; ENGELS, 1848/2005, p. 45).

A modernidade, portanto, para Marx e Engels, confunde-se com o próprio desenvolvimento capitalista e colapsa a cada uma de suas crises.

A teoria social de Marx, portanto, concebe a história a partir da análise do desenvolvimento das forças de produção, das relações sociais nas quais tal desenvolvimento se encarna e das relações de classe que cada período histórico gesta e que, em última instância, decide pela manutenção ou aniquilamento de uma dada forma de produzir a vida. Foucault, por sua vez, concebe a transformação histórica a partir da identificação da racionalidade predominante em determinada época e daquela racionalidade que a veio substituir. Foucault compreende, assim, a história como uma mudança de racionalidades, ou seja, como um conjunto de ideias religiosas, morais, filosóficas e culturais, cujo autodesenvolvimento é o motor da transformação histórica. Procedendo desta forma, Foucault identifica, na modernidade, uma racionalidade (que como tal, é poder) que impõe-se sobre as formas que a precederam. Nessa caracterização da modernidade meramente como uma racionalidade que impõe-se e extrusa as outras, Foucault equaciona projetos de modernidade bem díspares entre si. Para ele, são representantes da modernidade Hegel, Locke, Marx e toda tradição liberal. O filósofo francês não estabelece diferenças entre os autores modernos, transformando a modernidade num bloco monolítico.

A obra de Foucault, embora muito diversa, é atravessada pela crítica à modernidade, que é analisada a partir de seus elementos ideais. Em seu texto *O que são as luzes?* Foucault caracteriza a razão moderna como uma atitude e “por atitude quero dizer um modo de relação que concerne à atualidade; uma escolha voluntária (...) uma maneira de pensar e de sentir, uma maneira também de agir e de se conduzir.” (FOUCAULT, 1984/2013, p. 358).

A filosofia foucaultiana mira a modernidade e apenas identifica nela seus elementos negativos. E é na contramão de três importantes valores modernos – o racionalismo, o historicismo e o humanismo – que Foucault erige sua obra. Se, de um lado, é controversa a caracterização do filósofo como um autor pós-moderno, como alerta Mavi Rodrigues (2006), de outro, não há dúvidas, que Foucault é um autor antimoderno pelos valores que rejeita.

A transição à modernidade – ou seja, a transição ao capitalismo –, e sua *ratio* correspondente aparece a Foucault não como uma razão que expressa o desenvolvimento histórico-objetivo da sociedade, mas como uma razão que, do ponto de vista da filosofia da história é o próprio princípio explicativo do desenvolvimento histórico. A história é, assim, o

resultado da imposição de certo regime de verdade sobre outros, e que tem, na sua base, o poder. Do ponto de vista da problemática de sua *História da loucura*, a modernidade resultou na imposição da razão sobre o desatino com a afirmação do caráter repressor da razão sobre a loucura (desrazão). Em sua aula inaugural, no Collège de France, Foucault afirma que:

Mas o positivismo será apenas a contração desse movimento, a redução desse espaço mítico; ele admitirá desde logo, como evidência objetiva, que a verdade da loucura é a razão do homem, o que inverte inteiramente a concepção clássica, para a qual a experiência do desatino na loucura contesta tudo o que pode haver de verdade no homem. Doravante, todo domínio objetivo sobre a loucura, todo conhecimento, toda verdade formulada sobre ela será a própria razão, a razão recoberta e triunfante, o desenlace da alienação (FOUCAULT, 1970/2002, p.471).

Deste modo, é a emergência da razão moderna a responsável tanto pela concepção que se desenvolveu sobre a loucura no século XVII, bem como pela criação dos asilos e das formas de tratamento que foram impostas aos loucos. A razão oferece, ao mesmo tempo, certa cultura que reage à loucura, bem como a ela destina um lugar: os manicômios. A loucura, para Foucault, não tem existência enquanto a cultura não lhe disser que ela é algo diverso do pensamento. A loucura, deste modo, é um produto da cultura e, mais especificadamente daquela que reificou a razão. Não é à toa que no início do capítulo “A Grande Internação” de sua *História da loucura*, Foucault convoca Descartes, filósofo racionalista, para ilustrar o papel repressor da razão. Este, o elemento antirracionalista da filosofia foucaultiana.

Segundo Mavi Rodrigues (2006), é em *As palavras e as coisas* que melhor se patenteia o anti-humanismo de Foucault. Nesta obra, Foucault anuncia “a morte do homem”, que não é outro ser humano que o sujeito moderno. Com a palavra, o filósofo francês:

O homem é uma invenção cuja recente data a arqueologia de nosso pensamento mostra facilmente. E talvez o fim próximo.

Se estas disposições viessem a desaparecer tal como apareceram, se, por algum acontecimento de que podemos quando muito pressentir a possibilidade, mas de que no momento não conhecemos ainda nem a forma nem a promessa, se desvanecessem, como aconteceu, na curva do século XVIII, com o solo do pensamento clássico – então se pode apostar que o homem se desvaneceria, como, na orla do mar, um rosto de areia (FOUCAULT, 1981/2007, p. 536).

Em sua *História da Loucura*, Foucault historia seu objeto a partir de uma cruzada da razão contra a desrazão; nesta cruzada, os sujeitos desaparecem (desvanecem) para dar lugar às racionalidades, aos discursos sobre a loucura. A razão verteu-se em sujeito (para o autor, um discurso) pretendente a dizer a verdade sobre a loucura e só o pôde fazer porque

investida do mesmo poder com o qual destinou para a loucura o internamento. Se Foucault pôde anunciar a morte do sujeito moderno é porque colocou em seu lugar o discurso como *leitmotiv* da filosofia e da história.

Em sua jornada anti-humanista, Foucault retira, ainda, da existência do humano qualquer possibilidade de reconhecimento de sua legalidade própria. O autor francês abdica da própria ideia de determinação, colocando em seu lugar a noção de “estruturas inconscientes”. Em entrevista datada de 1968, pode-se ler:

Nosso tempo, num certo sentido, é um período no qual as ciências humanas ganharam importância em teoria e na prática como nunca antes. Mas essas ciências nunca conseguiram dizer com profundidade o que é o homem. Quando analisamos a linguagem do homem não descobrimos a natureza, a essência e a liberdade do homem. Em seu lugar, descobrimos estruturas inconscientes que governam sem que o observemos ou que queiramos, sem que jamais seja questão de nossa liberdade ou de nossa consciência (FOUCAULT, 1968/2011, p.165).

Rodrigues (2006) assinala que já em 1961, quando apresentou sua tese sobre a história da loucura, Foucault identificava a razão com a repressão/opressão e a loucura como elemento capaz de revelar algo sobre a verdade da dominação da razão moderna. Implícito está que esta dominação deve se sustentar em algo: o poder. Ao amalgamar poder e saber, ao transformar a análise da sociedade numa análise linguística, Foucault escusa-se de responder à seguinte questão: de onde vem o poder?

Segundo Roberto Machado (1979/2005), importante continuador e difusor das ideias de Foucault no Brasil, “todo saber tem uma gênese em relações de poder” (p. 21). Deste modo, o poder está na base explicativa da constituição da loucura como doença mental e é deste poder da razão que se exerce o direito de internar a loucura.

O nascimento do hospício também não destruiu a especificidade da loucura. Antes de Pinel e Esquirol é que o louco era um subconjunto de uma população mais vasta, uma região de um fenômeno não só mais amplo e englobante, mas que lhe determina a configuração como desrazão. É o hospício que produz o louco como doente mental, personagem individualizado a partir da instauração de relações disciplinares de poder (FOUCAULT, 1979/2005, p.19).

Ora, a obra de Foucault – por paradoxal que pareça – não exhibe uma teoria sobre a gênese do poder; o poder não é uma categoria que possua uma natureza e se defina por suas características como algo unitário e coerente. O poder não existe enquanto propriedade de algo, mas como prática social ou relações de poder que, simplesmente se exercem (MACHADO, 1979/2005).

Sobre o poder, e mais especificamente sobre o poder disciplinar, pode-se ler em *Vigiar e punir*, que

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e de retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até às singularidades necessárias e suficientes. “Adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios (FOUCAULT, 1975/2013, p.164).

Na confusa analogia acima com o organismo biológico, nenhuma palavra sobre a origem do poder. Um poder institui e amalgama-se ao saber, mas as relações histórico-causais que explicam tal sobreposição não têm lugar na narrativa foucaultiana. Quando, muito, lê-se que na base de uma mudança de mentalidades encontra-se o poder, categoria cuja origem nos processos sociais reais é desconhecida, ao menos para o autor. Se o poder é a categoria transversal ao conjunto da obra foucaultiana e sem a qual esta obra é impensável, deve-se acrescentar, então, que o edifício foucaultiano se erige sobre uma base nada sólida. Eis o anti-historicismo foucaultiano: o poder e suas formas podem ter uma história, mas não têm origem. Posição filosófica similar pode ser encontrada no conceito de “Vontade de Poder”, de Nietzsche, para quem o poder é uma lei natural e que reside em todos e em cada um. Também em Hobbes encontramos a formulação da lei da guerra de todos contra todos (*bellum omnium contra omnes*): este o partido filosófico de Michel Foucault. Vejamos, pois, como tal filosofia da história traduz-se na análise de um objeto particular

3 A HISTÓRIA DA LOUCURA POR FOUCAULT

Na *História da Loucura*, Foucault demarca dois períodos importantes do processo por meio do qual a loucura tornou-se objeto do saber médico, a saber: a grande internação (no século XVII) e o nascimento do asilo (no século XVIII). A narrativa da história por Foucault pode ser sintetizada como a saga da razão (aqui indiferenciada de qualquer uma de suas formas modernas) contra a desrazão. Como já dito, uma história sem sujeitos concretos de carne, osso e classe social.

Ao caracterizar a grande internação, Foucault convoca Descartes – como representante da racionalidade moderna e de seu discurso – como expressão do movimento pelo qual a razão impôs a exclusão ao desatino. Sobre Descartes, escreve Foucault (1972/2010):

Com a loucura, o caso é outro; se esses perigos não comprometem o desempenho nem o essencial de sua verdade, não é porque tal coisa, mesmo no pensamento de um louco, não possa ser falsa, mas sim porque

eu, que penso, não posso estar louco [...]. Não é a permanência de uma verdade que garante o pensamento contra a loucura, assim como ela lhe permitiria desligar-se de um erro ou emergir de um sonho; é uma impossibilidade de ser louco, essencial não ao objeto do pensamento mas ao sujeito que pensa [...]. Não se pode supor, mesmo através do pensamento, que se é louco, pois a loucura é justamente a condição de impossibilidade do pensamento (p. 46).

Na citação acima, Foucault ilustra a exclusão da loucura de qualquer pretensão de pensamento e de enunciar verdades. O elemento definidor deste processo e que caracterizou a grande internação foi a instituição de grandes locais para internamento na Europa, com destaque para a Inglaterra, França e Alemanha, que possuem em Tuke, Pinel e Wagnitz, respectivamente, os pioneiros da psiquiatria nestes países.

As grandes casas de internamento – denominadas Hospitais Gerais –, que se generalizaram no século XVII, não se organizavam como instituições de saúde, mas como depositórios de parcela da miséria ou, nas palavras de Foucault (1972/2010), como um poder “entre a polícia e a justiça” (p. 50). Nesse período, os loucos estavam misturados ao conjunto da miséria (improdutivos, mendigos, ociosos, andarilhos, bandidos e prostitutas) e o enclausuramento destinava a loucura “a mesma pátria aos pobres, aos desempregados, aos correccionários” (FOUCAULT, 1972/ 2010, p. 48).

A esse tempo, o Hospital Geral em nada se assemelha a uma instituição médica e nada indica que possuísse esse caráter. Tal instituição é uma estrutura da ordem – em que burguesia e monarquia disputam e dividem o poder político (notadamente, na França) –, cuja função era a de retirar da cena pública toda desordem. Foucault (1972/2010) apresenta o Édito de 1656, do rei da França, para ilustrar a função repressiva dessas instituições e onde se pode ler:

[...] os diretores disporão de: postes, golilhas de ferro, prisões e celas no dito Hospital Geral e nos lugares dele dependentes conforme for de seu parecer, sem que se possa apelar das ordens por eles dadas dentro do dito Hospital; e quanto às ordens que interfiram com o exterior, serão executadas em sua forma e disposição não obstante quaisquer oposições ou apelações feitas ou que se possam fazer e sem prejuízo daquelas, e para as quais não obstante não se concederá nenhuma defesa ou exceção (p. 50).

Os hospitais gerais, bem como as casas de trabalho na Alemanha e Inglaterra, combinavam assistência, punição e trabalho. Para que um imenso contingente da miséria fosse parar nestes locais de enclausuramento, segundo Foucault (1972/2010), foi

[...] necessário formar, de modo abafado e no decorrer de longos anos, sem dúvida, uma sensibilidade social, comum à cultura europeia e que bruscamente atingiu seu limiar de manifestação na segunda metade do

século XVII: foi ela que isolou de repente essa categoria destinada a povoar os lugares de internamento. (p. 55).

Esta sensibilidade social, esta nova mentalidade sobre a loucura, abriu espaço para que a loucura fosse colocada sob o signo da doença mental e sob a tutela da medicina no período por Foucault nomeado de nascimento do asilo.

Nesta nova *ratio* em gestação, a miséria como um todo passa a ser percebida de um modo distinto. O mundo católico ainda atribuía à pobreza certa “positividade mística” (FOUCAULT, 1972/2010, p. 56), algo incompatível com os valores protestantes. Para o mundo católico, a caridade individual aos pobres era obra da fé e caminho para Deus. O ideário protestante, entretanto, condenará a pobreza e, junto a ela, a caridade individual. No lugar da caridade individual, a Reforma Protestante – em seu papel laicizador – exigirá que os antigos mosteiros transformem-se em lugares para a assistência aos pobres. A caridade

[...] passa de uma experiência religiosa que a santifica para uma concepção moral que a condena. As grandes casas de internamento encontram-se ao final dessa evolução: laicização da caridade, sem dúvida — mas, de modo obscuro, também um castigo moral da miséria. (FOUCAULT, 1972/2010, p. 67).

A moral protestante sobre a pobreza foi, posteriormente, incorporada pelo catolicismo ainda no século XVII, quando a Igreja passa a defender a criação de casas de internação e casas de trabalho para o socorro aos pobres. A pobreza internada torna-se sujeito moral: de um lado, a pobreza que de bom grado aceita a assistência e, de outro, a pobreza que resiste à internação e seus meios de trabalho compulsório e punição. Segundo Foucault (1972/2010), é na medida em que deixam de ser representantes de Deus na terra que os pobres reaparecem como sujeito moral. Já não há mais sentido místico na pobreza.

Na Europa Central, o internamento é a resposta dada pelo século XVII¹ à crise econômica. Durante os períodos de crise econômica, o Hospital Geral possuiu a função de depósitos para desempregados e pobres, mas fora dela possuía a finalidade de dar trabalho para essas pessoas que estavam enclausuradas. “A alternativa é clara: mão-de-obra barata nos tempos de pleno emprego e de altos salários; e em períodos de desemprego, reabsorção dos ociosos e proteção social contra agitação e as revoltas” (FOUCAULT, 1972/ 2010, p. 67).

A internação aparece, então, como condenação à ociosidade, como um imperativo de trabalho por meio da compulsoriedade e pelo uso de métodos físico-coercitivos e não como um meio para cura em seu sentido médico.

Essa sensibilidade (ou racionalidade, se se preferir), preparada durante o século XVII, foi coroada a fins do século XVIII como o momento denominado por Foucault (1972/2010) de “o nascimento do asilo”, em que a operação da razão foi a de destacar a loucura do conjunto dos miseráveis. O asilo como instituição destinada exclusivamente aos

¹ Evidentemente, para o materialismo histórico dialético, -os séculos não dão respostas, não fazem história, não são sujeitos, mas é importante que o leitor tenha em vista que o momento da exposição é o de explanar sobre um período histórico a partir de uma perspectiva teórica para a qual não há sujeito.

loucos ganha força a partir deste momento e a loucura passa a ter uma significação médica, em que pese o tratamento dos alienados ainda trouxesse as mesmas marcas do tratamento moral.

Foucault (1972/2010) destaca dois mitos da historiografia psiquiátrica, expressão, ao mesmo tempo, de dois modelos asilares: o mito de Philippe Pinel como aquele que tirou dos loucos suas correntes e teria oferecido à loucura um trato humanista; e o mito de Samuel Tuke, que teria fundado um modelo asilar idílico, uma grande fazenda sem grades, correntes e sem a aparência do enclausuramento.

Na Inglaterra, o modelo asilar de Tuke pôde contar com uma legislação que jogava para a iniciativa privada parcela importante da assistência. Constitui, assim, como um Quaker², um asilo mantido pela beneficência privada para os membros de sua denominação religiosa. “[...] deve-se entender esse projeto de uma casa privada, mas coletiva, destinada aos insensatos, como um dos inúmeros protestos contra a velha legislação dos pobres e dos doentes” (FOUCAULT, 1972/2010, p. 463).

O modelo asilar do qual Pinel é representante é de natureza distinta. Uma lei do Ano I da Revolução previa a criação de hospitais para os insensatos, o que só viria a ocorrer três anos depois, em 1793. Conhecida como “casa dos pobres”, Bicêtre reunia “indigentes, velhos, condenados e loucos” (FOUCAULT, 1972/2010, p. 463). Bicêtre se tornou o principal centro de asilamento dos alienados e a função médica para o seu tratamento ganha centralidade. Pinel, que já era conhecido por suas investigações médico-filosóficas sobre as doenças do espírito, tornar-se-ia a principal figura de Bicêtre. Os loucos de Bicêtre são, neste momento, um problema médico. Liberta do hospital a parte do desatino não concernente à loucura (vagabundos, indigentes, presos políticos) e liberta a loucura das correntes, a loucura pode, enfim, aparecer como aquilo que ela é.

Num certo sentido, pode-se dizer que Pinel viu-se investido de um extraordinário poder moral. No desatino clássico, não havia incompatibilidade entre a loucura e a simulação, nem entre a loucura reconhecida do exterior e a loucura objetivamente determinada; pelo contrário, da loucura às suas formas ilusórias e à culpabilidade que se oculta debaixo delas, havia, antes, uma espécie de elo essencial de pertinência. (FOUCAULT, 1972/2010, p. 466).

Os modelos asilares, aqui brevemente descritos, também portam certa compreensão sobre a cura da loucura.

O modelo asilar de Tuke se organizava longe dos centros industriais e tinha como pressuposto a ideia de que era preciso um retorno à natureza, como remédio aos males da civilização industrial. O contato com a natureza permitiria o contato com a natureza humana e, por conseguinte, com a centelha da razão abreviada pela vida nas cidades.

2 Membro de cisão da Igreja Anglicana, que defendia o retorno à fé cristã original. Seus grupos operativos foram nomeados de Sociedade Religiosa dos Amigos ou, simplesmente Sociedade dos Amigos.

Há aqui todo um mecanismo de compensação: na loucura, a natureza é esquecida, não abolida, ou antes, afastada do espírito para o corpo, de modo que a demência garante de algum modo uma sólida saúde; mas basta que uma doença se produza, e a natureza, alterada em seu corpo, reaparece no espírito, mais pura, mais clara do que jamais fora. (FOUCAULT, 1972/2010, p. 468).

De Bicêtre, Foucault relata a suposta visita de Couthon³ ao Hospital em busca de suspeitos que estivessem se ocultando entre os alienados de Pinel. Tratava-se de separar a dissimulação da insanidade. Foucault (1972/2010) ilustra, com o caso do soldado Chevingé, a nova postura ante a loucura inaugurada por Pinel:

Era um bêbado que havia sido acometido por um delírio de grandeza e se acreditava general; mas Pinel havia reconhecido uma "excelente natureza sob essa irritação"; liberta-o dizendo que vai tomá-lo a seu serviço, e que exige dele toda a fidelidade que "um bom senhor" pode esperar de um doméstico reconhecido. O milagre se efetua; a virtude do *valei* fiel desperta de repente nessa alma perturbada (p. 473).

É na adequação do louco a um dado tipo social, e não num retorno à razão como em Tuke, que reside a cura da loucura para Pinel; as paixões precisam ser domesticadas, mas não pelas correntes e sim pela razão. Foucault destaca algumas destas estratégias como o olhar, o trabalho como princípio moral, a vigilância e o julgamento. Importa destacar que, em Tuke e em Pinel, o tratamento é tratamento moral, imposição da virtude contra o vício que, com eles, adquire o estatuto de objeto médico: "Com o novo estatuto da personagem do médico, é o sentido mais profundo do internamento que é abolido: a doença mental, nas significações que ora lhe atribuímos, torna-se então possível." (FOUCAULT, 1972/2010, p. 496). Acrescente-se, ainda, que foram responsáveis pela passagem dos meios físicos de contenção (que não são abandonados) para a expectativa de um autocontrole moral da própria loucura.

Esta – em breve síntese – a história da constituição da loucura como doença mental, do hospital psiquiátrico como lugar da loucura e do médico como responsável tutelar pelo louco. Essa, a história de como a razão – tomada como sujeito histórico por Foucault – extrusou o desatino da possibilidade de pensamento, de enunciar verdades e de viver em sociedade.

4 UM INTERMEZZO ENTRE FOUCAULT E MARX: A ANÁLISE DE ROBERT CASTEL SOBRE O ALIENISMO

O sociólogo francês, Robert Castel (1977/1991), dá um passo adiante em relação à análise foucaultiana na investigação da história da loucura, das instituições psiquiátricas e da

³ Revolucionário francês, membro do Comitê de Salvação Pública.

psiquiatria. Em sua obra *A ordem psiquiátrica – a idade de ouro do alienismo*, encontra-se uma série de elementos que situam a passagem de uma compreensão a outra sobre a loucura a partir da consolidação dos Estados-nação (Estado burguês) e da reconfiguração do panorama da Assistência na Europa, ou seja, como um resultado da emergência da “questão social”, o que não é outra coisa que o crescente pauperismo dos trabalhadores na dinâmica da sociedade capitalista. Castel situa o fenômeno da loucura – e o conjunto de ideias que a ela se dirige – como parte da “questão social”, objeto de investigação que perseguiu por toda sua obra.

Castel, ao contrário de Foucault, não realiza sua análise no plano da mudança das racionalidades. Para ele, o surgimento dos asilos e instituições psiquiátricas é uma reformulação do panorama da assistência social na Europa como resposta à emergente “questão social”. Frise-se, aqui, que mesmo identificando elementos que são determinantes materiais desta questão no contexto europeu, Castel não os relaciona com a dinâmica própria do surgimento e funcionamento do capitalismo, antes, mantém sua análise no nível das transformações institucionais no plano da assistência.

Castel (1995/2012) caracteriza a “questão social” como “uma inquietação quando à capacidade de manter a coesão de uma sociedade. A ameaça de ruptura é apresentada por grupos cuja existência abala a coesão do conjunto” (p. 41). A questão social é a nomeação do crescente – e até então inaudito – pauperismo da classe operária na Europa com o desenvolvimento do capitalismo. Não se trata aqui do pauperismo *par lui-même*, mas antes daquelas parcelas da classe trabalhadora não incorporáveis à escala da produção industrial. Este é um problema que a sociedade burguesa precisa nomear e oferecer soluções sob pena de sua própria desintegração. Nas palavras do autor:

Essa questão foi explicitamente nomeada como tal, pela primeira vez, nos anos 1830. Foi então suscitada pela tomada de consciência das condições de existência das populações que são, ao mesmo tempo, os agentes e as vítimas da Revolução Industrial. É a questão do pauperismo. Momento essencial aquele em que pareceu ser quase total o divórcio entre uma ordem jurídico-política, fundada sobre o reconhecimento dos direitos dos cidadãos, e uma ordem econômica que acarreta uma miséria e uma desmoralização de massa. Difunde-se então a convicção de que aí há de fato “uma ameaça à ordem política e moral”, ou, mais energicamente ainda: “É preciso encontrar um remédio eficaz para a chaga do pauperismo ou preparar-se para a desordem do mundo”. (CASTEL, 1995/2012, p. 30).

É na década de 1830 que surge a expressão “questão social”, precisamente o momento que o crescente pauperismo da classe operária põe em ameaça a ordem vigente. A década de 1830 é conhecida pela explosão de levantes operários na Europa, nos quais a bandeira do socialismo – ou seja, um projeto societário em resposta ao pauperismo oferecido pela ordem burguesa – tremulava como alternativa dos trabalhadores.

É como resposta a estes movimentos de classe que se erige o Hospital Geral e outras instituições similares. Castel (1995/2012) assim explana sobre a criação dos hospitais gerais:

Quanto às *populações concernidas*, a reclusão, num primeiro momento, visa apenas aos mendigos domiciliados. Exclui os estrangeiros e os vagabundos que devem sair da cidade e continuam a depender de medidas da polícia. Os indivíduos tidos como mais dessocializados, mais indesejáveis, mais perigosos, são assim excluídos da reclusão e não *por meio* da reclusão). [...] Em sua intenção profunda, a reclusão é antes de tudo um instrumento de gestão da mendicância, no interior de um contexto urbano, para os indigentes autóctones. (p. 77).

A disciplina no hospital, como já assinalado por Foucault, era marcada pela compulsoriedade do trabalho como meio de disciplinar esta população de miseráveis.

É do desmoronamento do Antigo Regime, do surgimento de novos agentes responsáveis pela tutela da loucura (dos quais, o médico é a figura que coroa tal processo), do surgimento da medicina mental estabelecendo o estatuto de doente ao louco sob a base de uma nova estrutura institucional, que emana o mandato social da medicina sobre a loucura (CASTEL, 1977/1991).

Segundo Castel (1977/1991), a medicina mental, como uma nova especialidade, extrai seus fundamentos de uma velha medicina nosográfica que já dava passo a uma medicina orientada à busca das causas. Sua aceitabilidade origina-se menos de sua cientificidade e mais de sua eficácia como resposta à “questão social”, problemática sobre a qual se erige todo o aparato da assistência:

[...] à medida que a primeira especialidade médica cresce espetacularmente, estabelece-se uma distância cada vez maior em relação ao que deveria servir-lhe de fundamento, o desenvolvimento concomitante da medicina em geral. As “afirmações científicas demasiado jovens” da medicina mental repousam, de fato, numa referência médica muito envelhecida. (CASTEL, 1977/1991, p. 101).

A nosografia psiquiátrica que emerge do decalque da velha medicina serve à medicina mental como seu frágil substrato teórico. Este elemento, a sintomatologia, é o primeiro a partir do qual Castel (1977/1991) caracteriza o que chama de “sistema bem amarrado” (p. 111), a saber, o alienismo. A segunda peça do alienismo é que ele se erige contra a desordem, ainda quando denunciando o papel da civilização na produção da alienação mental. O terceiro elemento arrolado por Castel é a predominância das causas morais na produção da loucura, geralmente dirigida às condições do pauperismo. O quarto elemento do alienismo é o seu tratamento moral, assentado numa etiologia moral da doença mental, que não exclui o uso de meios físicos de coerção. Por fim, Castel destaca o próprio asilo como espaço de atuação da psiquiatria em sua função de abolir da “paisagem social” esta origem de desordens que é a loucura.

O surgimento do asilo se dá no quadro desta reorganização da assistência na nascente sociedade burguesa. Organizado para a parcela daqueles que não foram incorporados ao mercado de trabalho, o asilo obsta a percepção da própria “questão social”

e, em consonância com o conjunto do aparato assistencial, oferece assistência no lugar do direito ao trabalho, uma demanda não realizável para parcela significativa da sociedade no capitalismo. Sobre isso, diz Castel (1977/1991):

Noção tão perigosa quanto a de um pleno direito ao trabalho. Se, em vez de esperar assistência ou de se submeter às leis do mercado, os pobres podem exigir o que lhes é devido, eles intervêm como interlocutores de pleno direito na repartição das riquezas, do poder e, no final das contas, da propriedade. [...] Em última análise, o direito ao trabalho representaria o equivalente, na ordem social, do direito à insurreição na ordem política: o reconhecimento de um direito qualifica sua transgressão como arbítrio despótico. A violência popular seria, então, legitimada, já que ela nada mais faria do que reestabelecer o direito. (p. 123).

É para a contenção do “exército de pobres” e, portanto, da própria “questão social” que se organiza o novo panorama da assistência na Europa desenhado por Castel. Assim,

Substituamos “o indigente” por uma das múltiplas qualificações aplicadas hoje às diversas variedades de “excluídos” de um sistema de exploração e de normalização. Teremos a fórmula geral de uma política de assistência numa sociedade de classes, com o lugar marcado, também, para todas as medicinas sociais ou mentais, passadas, presentes ou futuras. (CASTEL, 1977/1991, p. 141).

A discussão de Castel, em que pese avance sobre a análise foucaultiana, fica a meio do caminho. É preciso, ainda, situar historicamente como se gestou essa imensa população de miseráveis que se encontra na base das transformações institucionais arroladas por Castel e na mudança de mentalidades assinalada por Foucault.

5 POR UMA COMPREENSÃO MARXISTA DA HISTÓRIA DA LOUCURA

Mais do que a pobreza tomada em si mesma, a “questão social” surge na transição ao capitalismo como resposta à pauperização. Não se trata da pobreza do mundo feudal, mas de uma pobreza que cresce na mesma proporção em que se amplia a capacidade da sociedade de produzir riquezas e abundância (NETTO, 2001). Em síntese, a miséria da classe operária e de suas franjas cresce na mesma proporção que a riqueza social. Esta, aliás, uma lei imanente do capital, tal qual enunciada por Marx em *O capital*.

Netto (2001) assinala que o uso da expressão “questão social”, após as revoluções de 1848, penderam para o pensamento conservador, que passa a ser naturalizada como um componente ineliminável de toda sociedade. A “questão social”, portanto torna-se objeto de todos reformadores sociais do século XIX, cujas respostas eram reformas pontuais e setorializadas que deveriam preservar o elemento fundante da sociedade burguesa: a propriedade privada dos meios de produção. “Mais precisamente: o cuidado com as

manifestações da ‘questão social’ é expressamente desvinculado de qualquer medida tendente a problematizar a ordem econômico-social estabelecida” (NETTO, 2001, p. 44). Desde esta perspectiva, portanto, a “questão social” assume feição conservadora.

Considerando o exposto, a “questão social” situada por Castel e a população encontrada por Foucault nos hospitais gerais devem sua gênese ao processo pelo qual se constituíram, de um lado, proprietários dos meios de produção e, de outro, aqueles trabalhadores livres cuja única propriedade é sua força de trabalho. Esta é condição indispensável à existência do capitalismo.

A acumulação primitiva capitalista nada tem a ver com o sentido que lhes emprestam os liberais, a saber, o resultado dos esforços de homens laboriosos que economizaram o excedente de seu trabalho e, com isso, puderam ficar mais e mais ricos. Tratou-se, antes, de uma história de expropriação, o que confere à chamada acumulação primitiva natureza bem distinta da que idealizou a burguesia.

Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de confrontar-se e entrar em contato: de um lado, o proprietário de dinheiro, de meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia; e, do outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho. Trabalhadores livres em dois sentidos, porque não são parte direta dos meios de produção, como os escravos e servos, e porque não são donos dos meios de produção, como o camponês autônomo, estando assim livres e desembaraçados deles. (MARX, 1867/2006, p. 828).

É necessário, assim, à existência do capital, a disponibilidade de trabalhadores livres dos meios de produção e livres para vender sua força de trabalho no mercado. Ora, é certo que não se encontram trabalhadores livres – neste duplo aspecto – na natureza. Assim, o processo de acumulação primitiva é aquele responsável por destituir os trabalhadores dos meios de produção e de convertê-los em trabalhadores assalariados. Segundo Marx (1867/2006),

O prelúdio da revolução que criou a base do modo capitalista de produção ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Com a dissolução das vassalagens feudais, é lançada ao mercado de trabalho uma massa de proletários, de indivíduos sem direitos, que “por toda parte enchiam inutilmente os solares”, conforme observa acertadamente Sir James Stuart. (p. 831).

A revolução agrícola e o incremento que esta significou em termos de produtividade do trabalho no campo somada à alta nos preços da lã jogaram um papel importante neste processo na Inglaterra. Imensos domínios de terra foram convertidos em pasto de ovelhas para a produção de lã, cuja consequência imediata foi a expulsão de parte expressiva da população camponesa. As terras, antes dispersas entre pequenos produtores,

concentravam-se em mãos de poucos proprietários. A legislação feudal busca, sem efeito, reverter as consequências deste quadro que se alastra pela Inglaterra, mas também na França Alemanha e outros países da Europa. Efeito imediato deste processo foi a maior disponibilidade de força de trabalho nas cidades. Marx ilustra este movimento a partir do relatório do Reverendo Adington, onde se lê:

“Em muitas paróquias de Hertfordshire”, escreve uma testemunha indignada, “24 arrendamentos, cada um com 50 a 150 acres em média, foram fundidos em 3 apenas.” “Em Northhamptonshire e Lincolnshire, cercaram as terras comuns na mais ampla escala e a maior parte dos novos senhorios daí surgidos estão transformados em paastagens; por isso, muitos senhorios não têm 50 acres arados onde existiam antes 1.500. (...) Ruínas de antigas habitações, celeiros, estábulos etc.” são os únicos vestígios dos antigos habitantes. “Em muitos lugares, centenas de casas e famílias foram reduzidas (...) a 8 ou 10. (...) Os proprietários das terras, na maioria das paróquias onde o cercamento foi introduzido há 15 ou 20 anos, são hoje em número bem menor em relação aos que existiam antes. Não é raro ver 4 ou 5 ricos criadores que recentemente usurparam e cercaram terras que se encontravam em mãos de 20 a 30 lavradores arrendatários e outros tantos pequenos proprietários e colonos. Esses lavradores e suas famílias foram enxotados dos bens imóveis que possuíam, juntamente com muitas outras famílias que empregavam e mantinham.” (p. 840).

Está a nascer, em larga escala, o pauperismo. Tamanho foi o impacto desta população expulsa dos campos, que a rainha Elizabeth, após viagem pela Inglaterra, proclamou as seguintes palavras: *pauper ubique jacet*⁴ (MARX, 1867/2006). Posteriormente, no ano 43 de seu reinado, reconheceria oficialmente o pauperismo e introduziria o imposto de ajuda aos pobres.

Os trabalhadores tornados livres que engrossavam a população das cidades, entretanto, não poderiam ser absorvidos pela indústria na mesma proporção com que foram expulsos de suas terras. Contra eles, se erige uma legislação pelo rebaixamento dos salários e contra o direito de associação e greve, bem como a proibição e punição da mendicância (açotamento, marcação a ferro em brasa, trabalho forçado, mutilação de partes do corpo e execução). A esta superpopulação capaz de trabalhar – muitas vezes desajustada ante as novas condições –, mas não incorporável aos processos produtivos, Marx chamou de superpopulação relativa. Esta população é permanentemente produzida pelo capitalismo e não reside apenas em sua origem; tanto mais – na concorrência capitalista – os proprietários dos meios de produção são compelidos a ampliar a participação do capital constante em detrimento do capital variável (força de trabalho), tanto mais se produz superpopulação relativa. A superpopulação relativa não é, assim, uma anomalia do capitalismo a ser corrigida, mas antes uma derivação imanente de suas leis de funcionamento. É a superpopulação relativa que Foucault encontrará no que denominou grande internação.

Analisada a história da loucura por este prisma, a razão não possui um poder inominável de gênese desconhecida com o qual destina a clausura à loucura. Antes, trata-se

4 Do latim: há pobres por todos os lados.

do poder de uma classe que detém algo (meios de produção e dinheiro sob a forma de capital) e que impõe mesmo ao poder Real (contra o qual luta e faz alianças) por meios parlamentares, extraparlamentares, jurídicos e médicos a necessidade de oferecer uma resposta ao pauperismo que não resulte na revolução social e na abolição da propriedade e que, ao mesmo tempo, amenize os contornos da questão social, produto legítimo (e não uma anomalia) da existência da burguesia enquanto classe. A superpopulação relativa foi alvo de assistência e preocupação constante do Estado desde o século XVI e foi o objeto da análise de Castel em seu *Metamorfoses da questão social*; posteriormente, a própria assistência aos miseráveis seria setorizada e aos loucos seria destinado o asilo. Este contingente (a superpopulação relativa) é a própria “questão social” tal qual significada pela burguesia; a loucura é uma de suas facetas; o asilo, uma das respostas oferecidas; e a psiquiatria, o seu fiel depositário.

Na análise foucaultiana, não está em jogo a compreensão da sucessão dos modos de produção. Isto não se deve ao fato de que a Foucault falte método ou a que seja esta uma determinação para a qual o autor não se atentou. Isto se deve ao fato de que seu pensamento encontra-se no campo do pensamento conservador, para o qual pôr a desnudo as relações sóciometabólicas do capital que deram origem à psiquiatria, às instituições psiquiátricas e à loucura como objeto da medicina significaria reconhecer a necessidade histórica de superação do capitalismo. E, uma vez que o pensamento conservador nega a dialética na análise da vida social, Foucault identifica a modernidade, e a razão (que ele trata indistintamente) por esta gestada, com a repressão, o controle e as formas de exercício do poder, subtraindo dela sua positividade.

Uma análise que despreza o papel desempenhado pela dinâmica de produção e reprodução social do capitalismo na história da loucura pode resultar em duas posições igualmente irracionalistas (em que pese suas diferenças essenciais): a) a naturalização da loucura como um fato orgânico-médico, como o fizera a medicina ou b) a naturalização de sua história, como o fizera Foucault.

Por fim, é preciso matizar a tese foucaultiana, segundo a qual a razão é sinônimo de repressão, e extrair dela sua parcialidade de verdade. A razão – em sua forma moderna – não pode ser monoliticamente identificada com a repressão. Mas é preciso dizer ainda que, conquanto os processos decisivos da vida social permanecerem sobre o domínio da burguesia, a razão sob este domínio tenderá irremediavelmente a se unir à repressão.

REFERÊNCIAS

CASTEL, R. **A ordem psiquiátrica**: A idade de ouro do alienismo. [1977]. Rio de Janeiro: Graal, 1991.

CASTEL, R. **As metamorfoses da Questão Social**: uma crônica dos salários. [1995]. Petrópolis: Vozes, 2012.

FOUCAULT, M. Entrevista com Michel Foucault. [1968]. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Arte, Epistemologia, Filosofia e História da Medicina**: Ditos & Escritos VII. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

_____. **A ordem do discurso:** aula inaugural na Collège de France. [1970]. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. **História da Loucura na Idade Clássica.** [1972]. São Paulo: Perspectiva, 2012.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** [1975]. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. **Microfísica do poder.** [1979]. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. **As palavras e as coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. [1981]. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. O que são as luzes? [1984]. In: MOTTA, M. B. (Org.). **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento:** Ditos & Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

MACHADO, R. Introdução: Por uma genealogia do poder. [1979]. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2005.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista.** [1848]. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **O Capital:** Crítica da Economia Política. Livro 1, v. 2. [1867]. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.

NETTO, J.P. **Cinco Notas a propósito da “Questão Social”.** Temporalis, Brasília, n. 3. 2001.

RODRIGUES, Mavi. **Michel Foucault sem espelhos:** um pensador proto pós-moderno. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/ESS, 2006.